



PÁGINA DOIS

FERNANDO MADRINHA

Saramago teve muita sorte. Os alentejanos são hospitaleiros, sim, mas a hospitalidade dos alentejanos pobres faz-se na praça, no largo da Igreja ou na taberna. É preciso tempo e confiança para se abrir a casa a um estranho e oferecer-lhe, sem mais, a partilha da própria mesa

NOBEL

O capote de José Saramago

CHOVIA que Deus a dava e fazia um frio de rachar naquela noite de Fevereiro de 1980. Mas o salão nobre da Casa do Alentejo, em Lisboa — grande como é e desde logo pouco acolhedor —, tornara-se mais confortável com o passar das horas. O jantar fizera-se de comida e de bom vinho da terra que o livro celebrava. Com excepção, talvez, da mesa de honra para o escritor, todas as outras tinham sido organizadas espontaneamente. Aqui e ali juntavam-se grupos de amigos, mas além mais o que se via eram convivas de circunstância, vagamente conhecidos ou acabadinhos de se apresentar uns aos outros, porventura nem isso, que o tempo era de poucas formalidades.

Gente das letras e dos jornais, alguns nomes sonantes e já míticos para a esquerda comunista, como o ex-Presidente da República Costa Gomes e o ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves, dirigentes do PCP e a fauna do croquete que é de regra aparecer em todos os lançamentos. Mas num conjunto de mesas muito próximas das janelas, e sem medo do frio que ameaçava pelas frinças, estava um grupo de homens e mulheres diferentes. Mais homens que mulheres, diga-se já, vestidos de escuro em grande parte, os rostos duros e a pele enegrecida pelo sol e pela vida, porém contentes — como talvez escrevesse agora Saramago e como bem se podia ver pelo seu modo de estar. Um género de pessoas que as editoras não costumam convidar para a apresentação de livros, por motivos que até nem custa perceber: muitos deles, a maioria talvez, nunca compraram o único exemplar. Não só por lhes faltar o dinheiro para outros alimentos, mas pela mais simples e cruel razão de que não sabem ler.

Ali estavam, pois, se não todos, certamente a maioria dos 16 nomes de homens e mulheres sem os quais «não teria sido escrito este livro», como o autor deixou gravado logo a seguir ao frontispício, antes de avançar para uma interrogação recuperada de Almeida Garrett, que aqui se reproduz parcialmente: «E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçado a condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado (...), à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?»

Lá para o fim da noite, Maria Lúcia Lepecki, professora de Literatura na Faculdade de Letras de Lisboa, lamentava para um grupo mais próximo, no seu sotaque brasileiro: «Vocês não percebem que têm na frente o García Márquez da língua

portuguesa». Além dela, ninguém mais lera ainda o livro que acabava de nascer e a maior parte tomou a coisa por desabafo de boa vontade, a velha mania que sempre temos de tomar desejos por realidade. «Levantado do Chão» era o 12º livro com a assinatura de José Saramago. Mas, por alguma estranha e ainda inexplicável razão, aparecia-nos naquela noite como se fosse o primeiro. O autor confessava ter tido o sonho de poder dizer deste livro, quando o acabasse: «isto é o Alentejo». Mas dos sonhos, escrevia ele, acordamos todos. Limitou-se, pois, a corrigir, com uma humildade que não é exactamente o seu forte, como ficou bem demonstrado na cena pública desta quinta-feira contra a SIC: «isto é um livro sobre o Alentejo». Um livro que «quis aproximar-se da vida». Dezoito anos depois, faltava ver e ouvir Mariana Amália Bazuga explicar no Canal I como foi José Saramago almoçar a sua casa logo no dia em que chegou a Lavre com esse tal fim em vista: aproximar-se da vida. É de um certo Alentejo. Ele tinha dito aos homens da UCP (Unidade Colectiva de Produção) que, no tempo que por ali estivesse, não queria ficar a almoçar num restaurante mas na casa de um trabalhador. Conta Mariana: «Mas ninguém disse, pois então pode ser na minha casa. O meu marido disse».

Teve muita sorte José Saramago. Os alentejanos são gente hospitaleira, sim, mas a prova dessa hospitalidade e, em particular, a hospitalidade dos alentejanos pobres, faz-se na praça, no largo da igreja ou na taberna. É preciso tempo, muita confiança e intimidade até se chegar ao ponto de abrir a casa a um estranho e se lhe oferecer, sem mais e por tempo indeterminado, a partilha da própria mesa. Não existe agora qualquer dúvida de que João Bazuga, o dono da casa, era um alentejano especial. Por isso se compreende melhor e faz sentido aquele capote de gola de raposa que o Nobel da Literatura orgulhosamente enverga no meio da neve, como uma espécie de homenagem codificada aos 16 nomes de homens e mulheres sem os quais «Levantado do Chão», o livro primeiro, não teria sido escrito. E por isso se entende muito bem que, no meio da sua tão grande serenidade, Mariana, já vestida de preto por João e por um filho de ambos, se deixe emocionado quando recorda o dia em que aquele homem que vem agora a sair de um luxuoso hotel de Estocolmo lhe bateu à porta para almoçar. Só porque o seu marido foi o único, ou pelo menos o primeiro, a dizer: «Pois então, pode ser em minha casa».



António Pedro Ferreira

DIREITOS HUMANOS

Um dia de foguetório

QUEM se tenha dado ao trabalho de ler, por estes dias de grande divulgação, os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, viu que o que ali está não é um mero enunciado de princípios mas um autêntico projecto de sociedade — o projecto de uma sociedade ideal, talvez utópica. Não precisamos sequer de chegar aos direitos específicos sobre a Saúde, a Educação ou a Justiça, para nos darmos conta de como é ambiciosa a empresa para que a ONU desafiou o mundo em 1948. Basta a primeira frase do Artigo primeiro — «Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e em direitos» — para nos pôr a pensar na distância que vai entre o que se lê no papel e a realidade destes 50 anos que a Declaração tem de existência.

Compreende-se, por isso, que se fale de hipocrisia a propósito destas comemorações. Muitos dos países que agora mesmo se associam ao cinquentenário violam ou violaram ostensiva-

mente e de forma sistemática — em alguns casos como doutrina de Estado assumida às claras, tanto em nome da direita como da esquerda — as regras que subscreveram logo em 48 ou já depois, mas com igual força de compromisso.

Há, decerto, muita hipocrisia. Mas isso não deve impedir o reconhecimento de que, como observava Mário Soares, também no «Público», foi percorrido um longo caminho graças à Declaração de 48 e a um vasto conjunto de outros documentos que se lhe seguiram. Ou como escrevia de forma mais explícita na revista «Time» desta semana um professor de Direito Constitucional Comparado, Wiktor Osiatynski, a ideia central da Declaração «ajudou a acelerar os movimentos independentistas e fez disparar a revolução pelos direitos civis no mundo ocidental», ao mesmo tempo que «conferiu legitimidade à luta contra a tirania em todo o mundo, desempenhando um papel crucial no derrube do comunismo. O que

não é um recorde nada mau para uma ideia».

E o articulista da «Time» defende, ao contrário de outros que pedem uma Declaração com mais e novos direitos, que a melhor forma de defender os já consagrados é limitar a própria definição de Direitos Humanos; impor o reconhecimento desses direitos mínimos nas leis nacionais, fazendo depender do efectivo respeito por eles a elegibilidade dos Estados para beneficiarem, por exemplo, da ajuda do Banco Mundial e do FMI; ou estabelecer sanções para os que violem tais direitos, bem como legitimar antecipadamente a intervenção da comunidade internacional quando os crimes cometidos assumam o carácter de genocídio, como sucedeu em Timor-Leste, ou no Ruanda, ou no Kosovo.

Isto é o que devem fazer os Estados nas organizações internacionais a que pertencem. Mas o que cada um deles pode fazer nos seus mais estreitos domínios não tem limites, atendendo

ao ponto baixo em que nos encontramos. A sua autoridade será tanto maior nesses «fora» internacionais quanto mais fizerem portas adentro por uma cultura de respeito pelos direitos humanos. Agora veja-se este pequeníssimo e quase insignificante exemplo: há vários anos que existe nos currículos do Secundário, em Portugal, uma disciplina com o nome de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), a sede própria para uma formação cívica elementar que a escola deve dar aos seus alunos. Pois são raríssimas as escolas onde a disciplina é ministrada. E quase sempre por professores que não têm formação específica para a leccionar. No meio dos milhares de cursos das milhentas universidades existentes não consta, pelos vistos, o de professores de DPS. Todas as comemorações com data marcada — e as da Declaração não são excepção — têm este risco: o de servirem para pouco mais do que o foguetório de um dia ou, vá lá, de uma semana.

REFERENDO

Nunca fiando.

PAULO Portas ganhou um referendo e exerceu o fantasma monteirista que ameaçava atormentá-lo até eleições. Agora, tem apenas de conviver com um parlamento dividido, o que não é coisa pouca mas se suportável, porque, ainda que de forma indirecta, viu a sua legitimidade política renovada. Os resultados devem vir de travão à ameaça de uma cisão na bancada. Se eventual resolução de um suicídio político organizado por Manuel Monteiro e amigos mais próximos ficaria que não ficasse agora sossegados no seu canto.

Mas nestas coisas há sempre um «porém». O «porém» deste caso é que os aparelhos partidários em geral são sempre muito fiéis e generosos para com os líderes de serviço. E o CDS-PP em particular tem feito prova bastante de fidelidade com cada um, mas também com o outro que vem logo a seguir. Por exemplo, deu dois terços a Freitas quando se preparava para aplaudir Monteiro. E não regateou o apoio a Monteiro, quando também já estava pronto a apoiar o seu adversário e ex-amigo. Portas tem agora outras condições com a vaga perspectiva de chegar ao poder. Fiando esse objectivo, o melhor é nunca fiar...

REVEILLON

CÉSAR PARK

98/99

PENHA LONGA
Golf Resort

BROADWAY

• 20.00h: Cocktail de recepção no Foyer D. João, com um acolhimento muito especial...

• 21.00h: Jantar na Sala D. João; reviva os melhores momentos da "Broadway" através da decoração e da animação que lhe proporcionamos, enquanto é servida uma cuidada e deliciosa ementa.

• 00.00h: Champagne, passas e muita alegria, e um irresistível convite para dançar.

• 02.00 h: Ceia ligeira.
E antes que o sol nasça, um pequeno almoço reconfortante.

Esc. - 27.500\$00 por pessoa
(Condições especiais para crianças)

Esperamos a sua presença!

one of
The Leading Hotels of the World

Estrada da Lagoa Azul, Linhão - 2710 Sintra, Portugal

Tel.: (351) 1 924 90 11. Fax: (351) 1 924 90 07. e-mail: penhalongoresort@mail.telepac.pt

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE OBRAS

ANÚNCIO

Concurso Público para a empreitada de «OBRAS DE REMODELAÇÃO PARA O LAR NOSSA SENHORA DO CARMO - ESTRADA DO CALHARIZ DE BENFICA, N.º 177/179, EM LISBOA».

- ENTIDADE ADJUDICANTE
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - Departamento de Obras - Largo Trindade Coelho, em Lisboa.
- LUGAR DE EXECUÇÃO DA OBRA
Estrada do Calhariz de Benfca, n.º 177/179, em Lisboa.
- NATUREZA E EXTENSÃO DOS TRABALHOS
Execução de todos os trabalhos de construção civil de remodelação do edifício, incluindo demolição, escavação e contenção periférica e de fachadas, fundações e estruturas, instalações de água e esgotos, rede de incêndios, electricidade, segurança, gás, telefones, aquecimento central e ventilação, elevadores e monta-pratos.
- PRAZO DE EXECUÇÃO
O prazo de execução é de 12 meses.
- FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
a) O processo de concurso encontra-se patente no Departamento de Obras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Largo Trindade Coelho, Lisboa, onde poderá ser consultado e adquirido nas horas de expediente.
b) O custo do processo de concurso é de Esc.: 40.000\$00, acrescido do respectivo IVA.
- NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DOS ALVARÁS
a) Os concorrentes deverão ser detentores dos seguintes alvarás de empreiteiro de Obras Públicas: 1.ª Subcategoria da 1.ª Categoria, e ainda da 1.ª Subcategoria da 4.ª Categoria ou 2.ª, 3.ª, 5.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª Subcategorias da 4.ª Categoria e classes correspondentes ao valor global e parcelares da proposta por especialidades.
b) Caso o concorrente não disponha dos alvarás nas especialidades exigidas na alínea a), indicará, em documento anexo, os subempreiteiros e respectivos alvarás, aos quais ficará vinculado por contrato para a execução dos trabalhos que lhe respeitem.
- PREÇO BASE DO CONCURSO
O preço base do concurso é de Esc.: 235.000.000\$00 (duzentos e trinta e cinco milhões de escudos).
- CAUÇÃO
O valor da caução é de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- TIPO DE EMPREITADA
A empreitada é por preço global.
- CRITÉRIO DE Apreciação DAS PROPOSTAS
A adjudicação far-se-á à proposta mais vantajosa pela aplicação dos seguintes critérios de apreciação, ordenados por ordem decrescente de importância:
- Preço;
- Prazo de execução;
- Capacidade técnico-financieira do concorrente;
- Valor técnico dos equipamentos a incorporar em obra.
- DATA, LOCAL E MODO DE APRESENTAÇÃO
a) As propostas terão de dar entrada no Departamento de Obras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Largo Trindade Coelho, Lisboa, até às 12 horas do dia 19 de Janeiro de 1999.
b) As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa.
- ABERTURA DAS PROPOSTAS
A abertura das propostas terá lugar às 15.30 horas do dia 19 de Janeiro de 1999.
Lisboa, 10 de Dezembro de 1998

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
A Provedora
Maria do Carmo Romão

Salas feitas por medida!

Junto à Av. da Liberdade.
Fácil de encontrar, de chegar, de estacionar.

HOTEL LISBOA PLAZA

Tv. Salitre 7 / Av. Liberdade
Reservas-Tel: (01) 346 39 22
www.heritage.pt

COMPRAMOS ESCRITÓRIO

Na Grande Lisboa
com área compreendida
entre 50 e 100 m²

Paula Marques - 031-46 71 00

Cozinhas e Salas de banho

SEDE - EXPOSIÇÃO - VENDAS
Frielas - Loures - Tel.: (01) 989 70 00 - Fax: (01) 989 70 01

FILIAIS
Lisboa - Rua Acácio Paiva, 2-B-C-D - Tel.: (01) 849 15 86
Vila Nova de Milfontes - Largo do Mercado - Tel.: (083) 99 70 11
Torres Vedras - Rua António L. Ascensão, 8-A - Tel.: (061) 31 28 90
Reguengo de Monsaraz - Av. Dr. Ant.º José de Almeida, 17 - Tel.: (066) 51 81 31

PM PEDRO & MANTOVANI, SA
COZINHAS E SALAS DE BANHO